

Compêndio
de
Segredos
Sombrios
e factos
Arrepiantes
David Soares



SAÍDA DE EMERGÊNCIA

Plano de escape para fugir do colapso



*Para:
os meus pais, que me deram o primeiro livro;
o Luís Corte Real, que edita aqueles que eu escrevo;
a Gisela Monteiro, que é a primeira a lê-los.*



Índice

Introdução	11
A Praga da Dança: histórias negras da História e algumas desmistificações	15
Padre António Vieira Abolicionista	17
A Verdadeira Morte de Rasputin	20
Os Três Santos Mártires de Lisboa	23
Inspirados Pela Suástica	26
Origem da Câmara de Gás	30
Os Comboios da <i>Reichsbahn</i>	33
A Porcelana <i>Allach</i>	35
O Grande Massacre dos Gatos	37
O Verdadeiro “Grito do Ipiranga”	40
O Verdadeiro Capitão Kurtz	43
Sobre Camões	46
Maças Envenenadas	49
Cabeças	55
Especiarias Orientais e Cruzes Portuguesas	62
Pele	68
<i>Terror Romanorum</i>	70
Origem de <i>Badagaio</i>	75
A Praga da Dança	76

As Rãs de Lavater: experiências negras da Ciência e algumas desmistificações	83
Cérbero	85
<i>A Via Electrica</i> e o Verdadeiro Doutor Frankenstein	88
As Rãs de Lavater	96
Obediência à Autoridade	108
Os Novos Escravos	117
Cabras de Bikini	131
As Portas do Diabo: invocações negras do Oculto, profecias e algumas desmistificações	139
O Misterioso Pentagrama	141
Sabat Negro	150
Alquimia	161
A Mão de Glória	172
Algumas Superstições Populares Portuguesas (e o Secular das Nuvens)	179
Diabo à Solta	183
Profecias	193
As Portas do Diabo	202
Os Monstros Prodigiosos: criaturas negras do Bestiário e algumas desmistificações	209
As Presas dos Vampiros	211
O Grifo do Infante D. Pedro	223
Gárgulas e Grotescos	233
Os Monstros Prodigiosos	240
Beliscando Messerschmidt	252
Os Coelhos de Mary Toft	261
Conclusão	279

Introdução

«A organização de um livro é uma amostra da realidade, tal como ela é disposta e delineada na mente do escritor. Ela estrutura os livros de poesia e de ficção – e os de factos não são excepção, embora poucas vezes se pense nisso.»

JOHN STEINBECK, *The Log From the Sea of Cortez*

A ideia de escrever um compêndio é demente, quanto mais um dedicado à ala negra dos assuntos: não só os estorvos de um empreendimento dessa estirpe são enormes, como lhes é somado outros, relacionados com o conteúdo em questão. Afinal de contas, o lado sombrio é catastrófico, rebelde, intransigente – desfavorável a deixar-se descrever, a tolerar a taxonomia. Um compêndio evoca uma posição precisa dos temas, inventariados em lindas listas, por isso como equilibrar o caos nessa ordem? Não se equilibra; e quanto mais depressa o aceitarmos, melhor. Deliberei que o meu compêndio seria edificado em quatro ramos principais, transdisciplinares, que se correspondem com os meus quatro temas preferidos: a História, a Ciência, o Oculto e o Bestiário. Foi com esses pontos cardeais que me abalancei a arrancar da mente as histórias, as personagens, os locais e os saberes que fui aprendendo ao longo dos meus anos dedicados aos livros: tanto os lidos como os escritos.

Este *Compêndio de Segredos Sombrios e Factos Arrepiantes*, parte miscelânea, parte enciclopédia e parte ensaio, é um livro de conhecimentos para leitores que, como eu, são fãs de conhecimento e não receiam procurar a verdade sobre os assuntos, mesmo que isso signifique arruinar concepções enraizadas, mas erradas. Poucas coisas são tão destrutivas quanto isso, mas eu acho que vale a pena.

Pese a divisão em quatro categorias, a informação contida neste livro não se deixa adstringir dessa maneira e podem crer que encontrarão matérias referentes à História em todos os capítulos, por exemplo. Tive o

cuidado de escrever entradas acessíveis e auto-contidas; ou seja, se não conhecerem previamente um determinado assunto não se deixem desanimar, porque compilei a informação necessária para compreendê-lo. Apesar dos negríssimos assuntos abordados, quis escrever um livro luminoso que não se tornasse um deprimente directório de desumanidades. Está cheio de diabos, monstros, gente louca, gente violenta, gente com quem ninguém quer ir beber um café, mas a mensagem é positiva. A mensagem é que o conhecimento é luz; mesmo quando emitida por um compêndio negro. É um livro dos diabos, mas que talvez pertença à estante dos anjos.

Antes de vos deixar avançar com a leitura, faço um esclarecimento: quem acompanha o meu trabalho sabe que os meus romances costumam apresentar bibliografias extensivas nas quais, em conjunto com os pormenorizados apontamentos finais, listo todos os livros de não-ficção que li para poder desenvolver as ficções. Faço-o porque me dá um prazer enorme ir “aos bastidores” dessas ficções e partilhar um pouco dos meus conhecimentos com os leitores. Acho que essas espreitadelas ao lado polar da cortina são excelentes formas de contextualizar a ficção. Porém, este *Compêndio de Segredos Sombrios e Factos Arrepiantes* não é uma espreitadela por trás da cortina: é um empurrão. É um livro inteiro de não-ficção, por conseguinte, não há nenhuma bibliografia final, porque se houvesse seria tão grande que listaria praticamente todos os livros que tenho. Se quiserem saber mais coisas sobre algum assunto ou assuntos dos quais este *Compêndio de Segredos Sombrios e Factos Arrepiantes* fala (espero que queiram), convido-vos a desfrutarem do imenso prazer que é procurar livros, ler livros, pensar sobre livros – mas sozinhos e sem rede.

Dito isto, resta-me concluir esta introdução dizendo que o conhecimento é infinito, mas os livros não: espero que aquilo que não incluí, sirva para intensificar a importância daquilo que vocês irão ler.

David Soares



Santo Onofre, Francisco Collantes (séc. XVII).

*«Será que a sabedoria aparece sobre a Terra,
que nem um corvo inspirado pelo cheiro da carniça?»*

FRIEDRICH NIETZSCHE, *Götzen-Dämmerung*

*«Se o tamanho ou o tom do livro levam o leitor a acreditar
que o autor está a fazer uma soma,
esclareça-se que está cara a cara com a operação oposta,
uma implacável subtração.»*

JULIO CORTÁZAR, *Rayuela*

*«Admiramos imensamente a erudição,
mas talvez ela seja obra do Diabo.»*

ROGER SHATTUCK, *Forbidden Knowledge*



**A Praga da Dança:
histórias negras da História
e algumas desmistificações.**

*«O Inferno está mais próximo dos factos
do que nós pensamos.»*

THOMAS M. DISCH, *Camp Concentration*



Padre António Vieira Abolicionista

Inversamente à opinião popular, o padre jesuíta António Vieira não foi um abolicionista. A sua defesa da liberdade dos índios do Brasil inscreveu-se numa estratégia jesuítica de conversão ao cristianismo, inaugurada no século XVI pelos primeiros colonos inacianos, como Manuel da Nóbrega e José de Anchieta. Consoante aquilo que, hoje, se pode considerar uma espécie de direito internacional da época, os índios do Novo Mundo eram considerados gente livre, de acordo com a Lei de Burgos (1512), a bula *Sublimus Dei* (1537) emitida pelo Papa Paulo III, que ameaçava com a excomunhão os feitores que escravizassem os indígenas, e as Leis Novas (1542).

Para esse estatuto concorria a ideia de que os índios eram inocentes, nascidos em liberdade no seio da natureza impoluta, como Adão e Eva no Paraíso. Em oposição, os negros eram considerados descendentes de Cam, o filho de Noé que escarneceu da nudez do pai, enquanto este dormia, e chamou os irmãos Sem e Jafet para que também se divertissem. Os dois entraram de costas na tenda do patriarca e cobriram-no com um manto: quando acordou, Noé amaldiçoou Cam e os seus descendentes a serem escravos dos irmãos e respectivas gerações. Em nenhuma linha do *Génesis* é veiculado qualquer tipo de informação sobre a cor da pele de Cam, mas a concepção eclesiástica de que as três raças conhecidas – branca, amarela e negra – consistiam em estirpes dos filhos de Noé não era contestada. Dessa forma, o comércio esclavagista europeu dos povos africanos medrou sob validação canónica, mas quando os diversos

indígenas do Novo Mundo foram sendo descobertos, a partir de 1492, ninguém sabia onde é que eles se afiguravam nessa visão estabelecida do mundo. Entre o clero, logo se convencionou que os índios, tão apartados do perverso Velho Mundo, tinham almas e que elas deviam ser salvas pela



Contemporâneo de António Vieira, o frade capuchinho italiano Giovanni Cavazzi da Montecuccolo foi pioneiro no registo *in situ* dos verdadeiros costumes dos negros africanos, que plasmou em vívidas aguarelas. Nesta, um sacerdote realiza um ritual mágico para falar com um leão.

conversão. Foi esta a matriz clerical da conduta jesuítica em relação aos índios e na qual se inscreveu em absoluto a acção vieirina no Brasil.

Embora reprovasse os modos com que os fazendeiros locais lidavam com os escravos negros, Vieira nunca pôs em causa esse comércio, nem contestou a doutrina religiosa que o legalizava: recorde-se, a título de exemplo, os sermões que proferiu aos escravos negros da Baía, conhecidos por *Sermões da Nossa senhora do Rosário*, nos quais ditou sentenças como «*é melhor ser escravo no Brasil e salvar a sua alma, que viver livre na África e perdê-la*». Acrescente-se que a Companhia de Jesus chegou a ser a maior detentora de escravos no Brasil e que Manuel da Nóbrega escreveu regularmente a D. João III, pedindo-lhe escravos guineenses para a manutenção de casas jesuítas. A captura dos negros era monopólio régio, adjudicado a assentistas de capitais elevados que vendiam escravos a quem lhes pagasse mais. Uma alcunha que o Brasil tinha nessa altura era “Nova Guiné”, em referência aos milhares de indivíduos que os fazendeiros compravam para a exploração agrícola e produção de açúcar.

Na carta que Vieira escreveu a D. João IV a 6 de Abril de 1654 pode ler-se dezanove «*remédios*» para melhorar as condições de vida dos índios, que ele apelida de «*pobre e miserabilíssima gente*», mas nem uma palavra

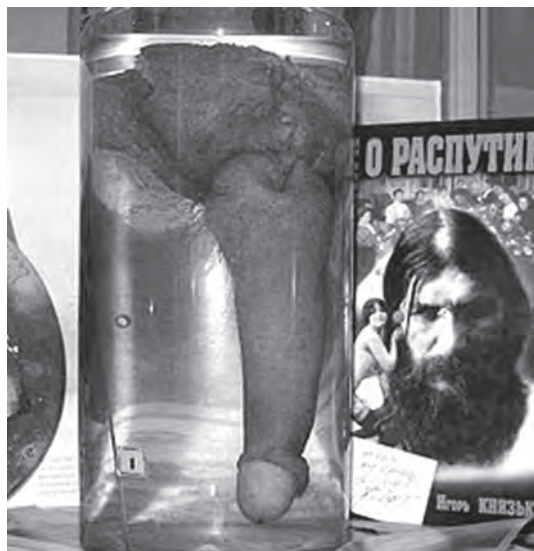
se encontra em defesa dos negros ou sequer sobre a abolição *tout court* da escravatura. Em vez disso, existe até uma passagem no décimo segundo «*remédio*» em que Vieira abre uma concessão para a escravatura dos índios: os chamados “índios de corda”, ou seja, indígenas já escravizados – e que deveriam ser mantidos na escravidão. Na carta à Câmara do Pará, datada de 12 de Fevereiro de 1661, Vieira diz que os índios não dão bons escravos, porque «*por estarem perto das suas terras, mais facilmente ou fogem ou os matam as saudades delas*». Adiante, no mesmo texto, escreve: «*vindo a este Estado o governador D. Pedro de Melo (...) se informou de mim do modo que podia haver para que os escravos que se fizessem chegassem para todos; e o que eu lhe apontei foi que os escravos se repartissem pro rata, por todas as capitânicas do Estado, conforme o número dos seus moradores, e que o preço por que lhos dessem fosse o mesmo que custam no sertão*».

António Vieira foi um homem do seu tempo e é tão erróneo anacronizar o seu comportamento, transformando-o numa espécie de pioneiro abolicionista, como censurá-lo por não ter condenado integralmente a escravatura.

A Verdadeira Morte de Rasputin

Em 1933, o príncipe russo Felix Yusupov processou num tribunal inglês o estúdio norte-americano de cinema Metro-Goldwyn-Mayer por culpa do filme *Rasputin and the Empress*, realizado pelo polaco Richard Boleslawsky. Estreado no ano anterior, esse título apresenta um envolvimento sexual entre Grigori Rasputin e Irina Alexandrovna Yusopova (mulher de Felix), que no filme é representada pela personagem Natasha. Caracterizado no filme como Paul Chegodieff, Yusupov alegou que essa ligação fictícia entre o monge louco e a sua mulher era difamatória e consistia numa violação de privacidade. O casal Yusupov ganhou o caso, recebendo uma indemnização de 25 000 libras, mas quando se perguntou a Felix durante a sessão se ele fora, verdadeiramente, o assassino de Rasputin, o príncipe respondeu sem hesitar: «*Sim, eu matei Rasputin. Era meu dever matá-lo, por isso fi-lo.*» De acordo com esse relato, ele, o duque Dmitri Pavlovich e o político conservador Vladimir Purishkevich mataram Rasputin no palácio Moika, em São Petersburgo (a residência de Yusupov), a 16 de Dezembro de 1916.

Os três conspiradores deram-lhe a comer e a beber bolos e vinho intoxicados com cianeto, mas, como o veneno não operou efeito, Yusupov achou que, dadas as circunstâncias, ser subtil seria uma perda de tempo e disparou a pistola sobre o monge. As balas, aparentemente, também não foram capazes de derrubar Rasputin, que, enraivecido, perseguiu os inábeis assassinos pelo aposento. No final, abateram-no à bengalada, antes de atirá-lo ao Rio Neva. Alguns dias depois, o corpo foi descoberto pelos po-



O Museu Erótico de São Petersburgo alega ter o falo perdido de Rasputin no seu acervo. Segundo a lenda, os assassinos do monge deceparam o órgão, mas uma criada de Yusupov guardou-o; em meados da década seguinte terá sido adorado como relíquia por uma comunidade de místicas russas, residentes em Paris, antes de ser recuperado pela filha do próprio Rasputin.

pulares e a autópsia desvendou que havia água nos pulmões: seria possível que, depois de ter sido envenenado, atingido a tiro e sovado, Rasputin ainda estivesse vivo quando o deitaram ao rio?

O testemunho exótico de Yusupov provocou um *frisson* sensacionalista na imprensa, mas ele sentiu-se à vontade para dá-lo porque sabia que os bolcheviques nunca o iriam perseguir, nem os ingleses o deportariam para a Rússia, por causa desse crime. É nesta versão da morte de Rasputin que o filme *Rasputin: The Mad Monk*, realizado por Don Sharp e produzido em 1966 pelos estúdios ingleses Hammer, com Christopher Lee no papel principal, foi buscar inspiração para o seu desfecho dramático. Contudo, a verdadeira morte de Rasputin não foi tão espectacular quanto a composta por Lee.

Segundo a biografia *Rasputin: The Saint Who Sinned* (1999), do historiador e jornalista inglês Brian Moynahan, os registos policiais coevos corroboram que Rasputin, de facto, foi convidado por Yusupov a ir ao palácio Moika, onde foi recebido pelo príncipe. Cerca de duas horas depois, um grupo de homens mascarados saiu com o corpo dele e deitou-o ao Rio Neva, mas a autópsia posterior não encontrou suficiente água nos pulmões para determinar afogamento, nem vestígios de cianeto: o monge louco, atingido quatro vezes – uma delas na cabeça – morreu pelas balas. O mito da invencibilidade de Rasputin, fabricado na psique russa durante anos, agiu sobre as mentes dos conspiradores que não resistiram a angariar heroicidade para o seu acto através da perpetuação supersticiosa da invulnerabilidade da vítima. Yusupov morreu em 1967 e nunca desmentiu a sua versão do acontecimento.

Resta a controvérsia sobre a bala que atingiu Rasputin na cabeça, que poderá ter sido disparada por um revólver Webley, uma arma comum das forças armadas inglesas. Especula-se que terá sido disparada pelo agente Oswald Rayner, dos serviços secretos ingleses, amigo pessoal de Yusupov e presente em São Petersburgo nesse período. Mais tarde, Rayner, que baptizou o seu filho com o nome Felix em honra da amizade com o príncipe, traduziu para inglês o livro *Rasputin: His Malignant Influence and His Assassination* (1934), escrito pelo próprio Yusupov. Morreu em 1961, sem que o seu papel no aniquilamento de Rasputin fosse esclarecido.

O filme *Rasputin and the Empress* passou a ser exibido sem as cenas difamatórias entre o monge e a princesa e o tribunal decretou que o estúdio Metro-Goldwyn-Mayer criasse um desmentido que informasse os espectadores sobre a natureza fictícia do enredo e personagens. É a origem do famoso *disclaimer* «*This motion picture is a work of fiction and any resemblance to persons living or dead is purely coincidental*» que podemos ler nas fichas técnicas dos filmes de Hollywood.

Os Três Santos Mártires de Lisboa

No número 15 da Rua de Santos-O-Velho, em Lisboa, encontra-se a igreja paroquial homónima que durante três séculos guardou as relíquias dos três principais santos mártires da cidade: Veríssimo, Máxima e Júlia. Ainda podemos vê-los, junto à entrada da igreja, num baixo-relevo em que se apresentam com bastões nas mãos, invés das mais comuns palmas de martírio (já se verá porquê).

Nascidos em Lisboa, os três irmãos foram martirizados em 305, durante o domínio romano da Península Ibérica, a mando do Imperador Diocleciano, por terem recusado a obrigação redigida em edital de sacrificarem animais aos deuses pagãos. Uma vez prisioneiros, sofreram os martírios da fome, do potro, dos ferros incandescentes e, amarrados pelos pés às caudas de cavalos, ainda foram arrastados pelas ruas de Lisboa; depois de lapidados, os corpos foram decapitados e atirados ao Tejo, perto de Almada, com pesos amarrados aos pés. Independentemente disso, conta-nos o martirologio, os corpos deram à margem de Lisboa (antes dos barcos dos algozes regressarem), na zona em que hoje se ergue o Palácio dos Marquês de Abrantes, a actual Embaixada de França.

Daí o topónimo *Santos* dessa área que, diz-se, começou por ser cumeada por uma humilde ermida, levantada por piedosos em memória dos três santos martirizados, e transformada posteriormente em igreja por D. Afonso Henriques após a conquista de Lisboa. Quanto a ser *Santos-O-Velho*, isso relaciona-se com o facto de D. João II ter mandado construir, para os lados de Xabregas, na orla oriental de Lisboa, um convento maior que albergasse



Veríssimo, Máxima e Júlia numa pintura do artista maneirista português Garcia Fernandes (meados do século XVI). No meu romance *O Evangelho do Enforcado* (Saída de Emergência, 2010), Veríssimo, Máxima e Júlia são três prostitutas que depois de mortos – martirizados – pelo pintor Nuno Gonçalves alcançam a santidade através do culto popular que lhes é prestado pelos mais pobres.

as comendadeiras da Ordem de Santiago, cujo número elevado já tornava pequeno o seu convento de Santos. Este, doado aos freires de Santiago da Espada (os *espatários*) por D. Sancho II, passou quase de imediato a ser ocupado em exclusivo pelas mulheres, filhas e viúvas desses cavaleiros, convertendo-se no Mosteiro das Comendadeiras da Ordem de Santiago. Ora, desocupando esse *velho* e exíguo convento de Santos, em 1490, as freiras passaram para o *novo* e espaçoso convento de Xabregas (possui o maior claustro da Península Ibérica), levando consigo as relíquias dos três santos mártires e, também, o topónimo. É pela influência da Ordem de Santiago que Veríssimo, Máxima e Júlia aparecem trajados à moda de São Tiago, o peregrino, no supra-mencionado baixo-relevo que se encontra sobre a entrada da igreja paroquial de Santos-O-Velho.

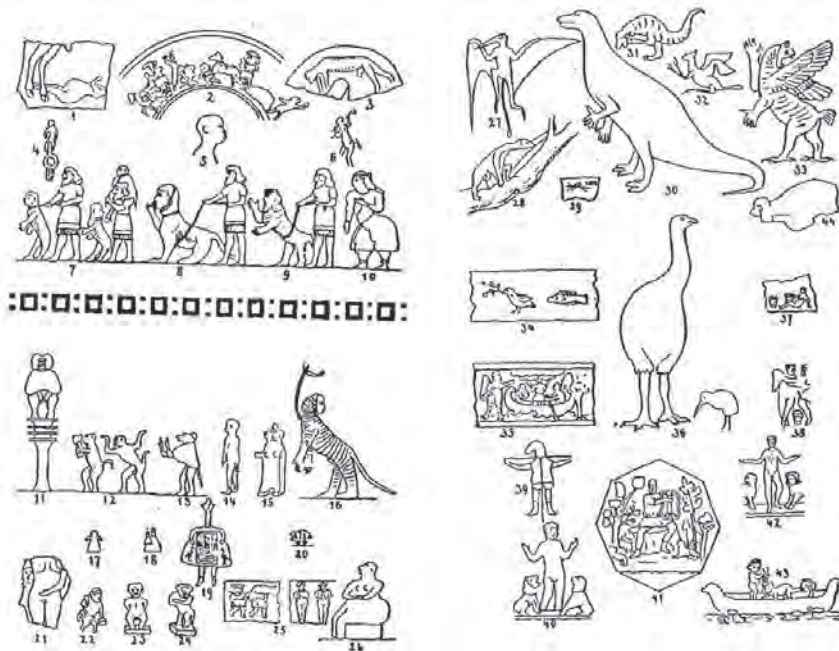
As referências às vidas e ao martírio de Veríssimo, Máxima e Júlia são escassas: conhece-se, por exemplo, o relato contido num códice pertencente ao acervo da biblioteca pública de Évora (o CV/1-23d) e a menção descrita no martirologio do monge Usuardo.

Inspirados Pela Suástica

A suástica é um símbolo antigo, frequente em muitas culturas e religiões. Sagrada para hinduístas, jainistas e budistas, também é possível encontrá-la como elemento decorativo em peças clássicas gregas, romanas, “celtas” e até em artefactos de civilizações ameríndias. Isso não consiste em nenhuma anomalia, pois o mesmo símbolo primário pode ser criado por diferentes comunidades, chegando até a adquirir significados análogos. Um símbolo também é transmitido de cultura em cultura, através dos tempos, por isso a melhor forma de interpretá-lo é através do contexto em que se insere – e se no Ocidente a suástica encontra-se poluída por culpa da confiscação nazi, o mesmo não se verifica no Oriente.

Discute-se se a suástica é, com efeito, um símbolo solar ou polar, mas o significado unânime das suas aplicações é de que se resume a um símbolo benfazejo: até meados dos anos 20 do século XX, imprimiam-se no Reino Unido e Estados Unidos postais ilustrados com suásticas, acompanhadas de mensagens como «Boa Sorte» ou «Feliz Natal». Os pilotos voluntários norte-americanos que lutaram na Primeira Grande Guerra, no esquadrão francês Lafayette, voaram em aviões guarnecidos de suásticas; e os soldados norte-americanos na divisão 45 de infantaria usavam-na nos uniformes. Os produtores do refrigerante gaseificado *Coca-Cola* distribuíram medalhões publicitários de prata em forma de suástica – e ainda existe uma vila canadense, fundada em 1908, chamada Swastika. Por toda a Europa, a suástica era universalmente reconhecida como sendo um ícone positivo, utilizado em variadíssimos âmbitos.

O nome vulgar para *suástica* era o de *cruz gamada*, em virtude da semelhança dos seus quatro braços com a letra grega *gamma*, mas no contexto heráldico as raras suásticas que se podem observar em alguns brasões britânicos e alemães também era chamadas de *fylfot* (palavra de etimologia incerta). Em alemão, a suástica também se chamava *hakenkreuz* (denominação que pode traduzir-se à letra por *cruz enganchada*) e durante o revivalismo nórdico que se desenrolou na Alemanha durante o período romântico (entre os séculos XVIII e XIX), no qual ficou associada ao neo-paganismo germânico, ainda era esse o nome pelo qual era mencionada. A designação de *suástica* popularizou-se no Ocidente a partir da segunda metade do século XIX, por influência de diversas sociedades de índole iniciática, como a Sociedade Teosófica, que, inspiradas pelas religiões orientais, apresentavam-se com a suástica (do sânscrito *svastika*, que significa *símbolo afortunado*). No mesmo período, o arqueólogo alemão Heinrich Schliemann, obcecado pelos mitos e literatura clássica gregos, arrogou ter descoberto as ruínas de Tróia, nas quais encontrou suásticas litografadas: Schliemann viu nelas a prova das migrações “arianas”.



Alguns antropozóides inventados por Lanz von Liebenfels: na sua delirante mitologia os homens-animais são os progenitores de todas as “raças” ditas inferiores, geradas pela vulgar via sexual, enquanto que os arianos são a criação dos deuses-animais (os teozóides) e gerados através de um asseadíssimo processo eléctrico.

De maneira geral, as filosofias nacionalistas são muito recentes e, em essência, consequências dos ideais florescidos durante o Romantismo. Numa conformação “mística”, as ideias sobre o conceito de raça, misturaram-se com concepções sobre território e linguagem para dar especificidades a determinadas comunidades ou grupos particulares de indivíduos. Nesse sentido epifenomenológico, o estado passa a ser a expressão perfeita das características raciais do povo. O mito ariano foi criado neste contexto de mistura de história, biologia e filologia. Em 1808, o acadêmico alemão Friedrich Schlegel resumiu no seu livro *Über die Sprache und Weisheit der Indier* (*Sobre a Linguagem e Conhecimento dos Indianos*) as relações que encontrara entre as línguas indo-europeias e étimos sânscritos, alimentando a noção de que as culturas clássicas mediterrânicas e norte-europeias haviam derivado da Índia: terra dos *arianos* (palavra sânscrita que significa *nobres*), cuja linguagem – original – era a mais adequada para se formularem raciocínios grandiosos e para compreender a beleza das coisas. Mais tarde, em meados do século XIX, o escritor francês Arthur de Gobineau publicou a obra *Essai Sur l'Inégalité des Races Humaines* (*Ensaio Sobre a Desigualdade das Raças Humanas*), trabalho feito à luz do mito da superioridade da “raça ariana” que, com a passagem do tempo, revelou-se instrumental para a estruturação das posteriores ideologias raciais do regime nazi. A ascendência do mito da origem ariana do povo alemão (declarada por Gobineau no seu ensaio) reflectiu-se nas múltiplas buscas que os arqueólogos nazis da *Ahnenerbe* (*Comité da Herança Ancestral*), criada pelo líder da SS Heinrich Himmler em 1935, fizeram por toda a Europa, Ásia e América do Sul, em busca de provas de que os alemães descendiam directamente dos arianos. Uma das “provas” que mais os satisfazia era encontrarem suásticas por todo o lado.

Por influência das sociedades esotéricas que divisavam nas culturas orientais uma via para alcançarem a perfeição, a suástica passou a ser usada por grupos radicais alemães como símbolo da pureza e autoridade da “raça ariana”. É provável que a sociedade iniciática *Ordo Novi Templi*, fundada em 1907 pelo jornalista austríaco Lanz von Liebenfels, tenha sido a primeira colectividade oculta alemã a apresentar a suástica como símbolo “ariano”. Liebenfels, um ex-monge cisterciense, criara em 1905 uma publicação muitíssimo influente entre os nacionalistas alemães da altura, que propagandou o ideal romântico do herói másculo, ao mesmo tempo que apresentava a suástica no logótipo: *Ostara – Briefbücherei der Blonden und Mannesrechtler* (*Ostara – Revista dos Louros e Masculistas*). No mesmo ano, Liebenfels também publicou um ensaio sobre a esterilização das raças inferiores, intitulado *Theozoologie, oder die Kunde von den Sodoms-Äfflingen und dem Götter-Elektron* (*Teozoologia, ou O Legado dos Macacóides-Sodomitas e do*

Electrão Divino). Mas apesar de tudo foi um simples dentista alemão chamado Friedrich Krohn, confrade da sociedade esotérica *Thule-Gesellschaft* (*Sociedade de Thule*), que manteve ligações políticas estreitas com o *Deutsche Arbeiterpartei* (*Partido Alemão dos Trabalhadores*) de Anton Drexler, transformado posteriormente no *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (*Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães*), quem acabou por sugerir a Adolf Hitler a suástica como símbolo. Aparentemente, o desenho final da bandeira, com uma suástica negra num círculo branco sobre um fundo vermelho, é de sua lavra. A nova bandeira do partido nazi apareceu em público pela primeira vez em 1920 e quinze anos mais tarde foi adoptada como bandeira nacional alemã.

O mais espantoso é que a suástica, sendo um símbolo universal, não tinha nenhuma ligação exclusiva à cultura alemã. Sobretudo, para os indivíduos da altura deve ter sido bizarro ver um partido político de natureza beligerante apresentar-se sob um símbolo que não só era entendido como sendo de harmonia e concórdia, como um dos principais sinais do deus hinduísta Ganesha. Anda hoje, a suástica é um dos mais reconhecíveis símbolos dessa divindade com cabeça de elefante, que a ostenta na palma de uma das suas quatro mãos (ele próprio é uma suástica teriomórfica). Não deixa de ser curiosa a sincronicidade da sugestão da suástica a Hitler por um dentista e o facto de Ganesha ser representado com umas das suas presas partidas.

Origem da Câmara de Gás

Na manhã de 15 de Agosto de 1941, numa visita pelo território bielorrusso ocupado pelos nazis, o *Reichsführer-SS* (líder imperial da *Schutzstaffel*) Heinrich Himmler assistiu na periferia da capital Minsk a uma execução de duzentos prisioneiros judeus pelo *Einsatzgruppe B* (uma tropa de extermínio), liderado pelo *SS-Gruppenführer* (major-general) Arthur Nebe. Nunca presenciara uma operação dessa natureza, mas compreendeu de imediato que o sistemático assassinio de mulheres e crianças à queima-roupa perturbava os atiradores. O consumo de álcool entre estes era elevado e na visita realizada nessa tarde ao hospital para doentes mentais de Novinki, a Norte de Minsk, pediu a Arthur Nebe e ao *Höhere SS-und Polizeiführer* (alto-líder da SS e da polícia) Erich von dem Bach-Zelewski que encontrassem um método de extermínio mais “humano” que o fuzilamento – mais “humano” para os algozes e não para as vítimas.

Em meados desse ano, no âmbito do programa nazi de eutanásia, cerca de 70 000 doentes mentais e deficientes adultos já tinham sido exterminados em seis clínicas preparadas para o efeito: fechados em falsas casas de banho, nas quais os canos dos chuveiros lançavam monóxido de carbono puro, proveniente de tanques comprados ao conglomerado de indústria química *IG Farben*. Um dos principais engenheiros dessa operação, o *SS-Untersturmführer* (segundo tenente) Albert Widmann, chefe do laboratório de análises químicas do *Kriminaltechnisches Institut (Instituto Técnico Criminal)* da *Kriminalpolizei (Polícia Criminal)* de Nebe, foi por este chamado para experimentar um novo método de extermínio, baseado em



Fotografias da câmara de gás do Crematório II do campo de extermínio de Auschwitz: a superior data de 1942 e a inferior, de vista aérea, data de 1944. Em ambas é possível ver-se as condutas exteriores por onde os grãos de *Zyklon-B* eram deitados para o interior de estruturas feitas de malha metálica, dentro das quais o composto se vaporizava em contacto com o ar e preenchia o compartimento estanque. Essas estruturas, que iam do tecto ao chão, eram removíveis para limpeza e reutilização.

explosivos. Widmann viajou para a Bielorrússia, com o seu assistente Hans Schmidt, acarretando uma grande quantidade de dinamite. Para o primeiro ensaio, fechou doentes mentais russos num *bunker* e detonou-o: a estrutura rebentou completamente e os pedaços dos indivíduos arremessados pela força da explosão foram espalhados pelo campo, até pelos ramos mais altos das árvores. O fracasso da experiência demonstrou que urgia descobrir um método mais limpo para eliminar os judeus – talvez à semelhança daquilo que vinha a fazer-se nas clínicas do *Reich*, ao abrigo do programa de eutanásia.

Nebe conhecia bem os serviços de Widmann nessas câmaras de gás e sabia que havia câmaras móveis, montadas em camiões, que podiam, em última análise, ser enviadas para o Leste. Com efeito, foi o próprio Nebe quem dois anos antes ordenara a Widmann que cooperasse com a *Kanzlei des Führers* (*Chancelaria do Führer*), quando este órgão, por expediente do *Reichsleiter* (governador imperial) Philipp Bouhler, empreendeu a iniciativa de eliminar crianças deficientes. Na verdade, foi Karl Brandt, médico de Hitler e plenipotenciário do programa de eutanásia, que sugeriu a Widmann o emprego de gás para eliminar adultos incapacitados, quando o projecto passou a incluí-los: a ideia surgiu-lhe ao recordar-se de quando desmaiara em casa, ao aspirar gás proveniente de um fogão defeituoso.

Depois do falhanço com a dinamite – e em paralelo com a memória

de Brandt –, Nebe contou a Widmann o que lhe acontecera no início do ano. Numa madrugada, vindo de uma festa, regressara ébrio a casa e adormecera dentro da garagem ao volante do carro ligado: acordou a tossir e sobreviveu por um triz. Inspirado por essa lembrança, sugeriu que usassem monóxido de carbono de um tubo de escape de automóvel como método de extermínio: seria mais simples – e barato – que utilizar as câmaras de gás móveis, com tanques de monóxido de carbono puro. No dia seguinte, em Mogilev, a Leste de Minsk, Widmann e Schmidt fecharam doentes russos num compartimento e encheram-no de monóxido de carbono, através de mangueiras conectadas aos tubos de escape de um automóvel e de um caminhão. Do seu ponto de vista, esta segunda experiência consistiu num êxito.

Em Dezembro de 1941, o recém-construído campo de extermínio junto à cidade polaca de Chelmno (rebaptizada de Kulmhof pelos alemães) foi o primeiro a usar o processo de Nebe e Widmann para assassinar prisioneiros: fechados nas traseiras estanques de camiões *Saurer*, judeus oriundos do gueto de Lodz asfixiaram com o gás resultante de um tubo exaustor inserido num orifício que comunicava com o interior do veículo. Um método de extermínio inventado por um major-general da SS que quase morreu intoxicado por monóxido de carbono na sua garagem.

Os Comboios da *Reichsbahn*

Entre 1941 e 1944, os caminhos-de-ferro alemães (*Deutsche Reichsbahn*) desempenharam o papel principal no transporte de judeus europeus para os campos de extermínio do *III Reich* – todos construídos nas proximidades de estações ferroviárias.

A máquina nazi que pôs em prática «*die Endlösung der Judenfrage*» (a “solução final da questão judaica”) compôs-se de uma multiplicidade de órgãos e gabinetes, militares e civis, tanto alemães como estrangeiros. Duas agências foram instrumentais no decurso da deportação dos prisioneiros: o gabinete *IV-B-4* (do *Reichssicherheitshauptamt*: gabinete central de segurança do *Reich*), chefiado pelo *SS-Hauptsturmführer* (capitão) Adolf Eichmann, e o Ministério dos Transportes alemão. Desde os guetos até aos campos de extermínio, os transportes ferroviários de judeus foram efectuados pelos comuns caminhos-de-ferro alemães, que no início dos anos 40 empregavam cerca de meio milhão de administrativos e novecentos mil operários.

Ainda que os prisioneiros judeus fossem conduzidos para os campos de extermínio em carruagens de transporte de mercadorias e de gado, os contabilistas dos caminhos-de-ferro alemães registavam-nos como passageiros. A tarifa praticada era a de terceira-classe: 4 *pfennig* por quilómetro. Porém, crianças até dez anos de idade pagavam dois *pfennig* e as que tinham menos de quatro anos não pagavam. Uma prática comum era taxar uma tarifa especial de grupo (dois *pfennig* por adulto e criança até dez anos de idade), se houvesse um mínimo de 400 pessoas por comboio. O valor de

cada bilhete era pago pelo *Reichssicherheitshauptamt* aos caminhos-de-ferro alemães: tanto os bilhetes de ida-e-volta dos guardas da SS, como os bilhetes só de ida dos prisioneiros judeus.

O capital para pagar as passagens dos judeus provinha do dinheiro dos próprios, confiscado nos guetos. Obrigados a pagar a viagem para a morte, muitos prisioneiros judeus, debilitados pela miséria dos guetos, nem sequer chegavam vivos às estações de destino, por culpa da insalubridade das caruagens ou de frio, fome e exaustão.

A Porcelana *Allach*

Em 1935, os sócios alemães Karl Diebitsch e Franz Nagy abriram uma fábrica de porcelanas na vila de Allach, perto de Munique, a que chamaram *Porzellan Manufaktur Allach*. No ano seguinte, Heinrich Himmler achou que comprar a fábrica seria um bom precedente para a criação de uma série de *bibelots* e objectos ornamentais que veiculassem estética e espírito “arianos”. Diebitsch, também oficial da SS, tomou a tarefa de criar os moldes e configurá-los.

Entre o *bric-à-brac* da marca *Allach*, produzido entre 1936 e 1945, e do qual muitíssimos exemplares ainda subsistem intactos, podem observar-se vasos, castiçais, jarras, taças e serviços de jantar decorados com símbolos neo-pagãos e nacionais-socialistas, como as runas e a suástica. O espólio ainda conta com uma panóplia surpreendente de figurinhas de porcelana, algumas quasi-*naïf*, como cãesinhos, cavalos, veados, miniaturas de soldados pertencentes a diferentes períodos históricos, camponeses, árabes, cupidos, reproduções de jovens alemãs, mães com bebês nos braços e palhaços. Cada peça de louça era autenticada pela inscrição do selo da marca: duas runas *sig*, sobrepostas.

Este empreendimento de Himmler, Diebitsch e Nagy foi um êxito comercial e quando a grande procura por porcelanas decorativas tornou pequena a fábrica, ergueram segundas instalações adjacentes ao campo de extermínio da cidade alemã de Dachau, onde exploraram o trabalho escravo disponível que também fabricava peças para a empresa *Bayerische Motoren Werke (BMW)*.

Nesse sub-campo de Allach, a dezasseis quilómetros de Dachau, o *designer* Diebitsch diversificou o seu trabalho de estética “ariana”, desenhando armas brancas cerimoniais para a SS, uniformes nazis que seriam manufacturados pela firma familiar *Hugo Boss*, assim como logótipos para vários departamentos do partido, selos e até tapeçarias. Ainda que Hitler não fosse entusiasta em relação à iniciativa das louças *Allach*, aprovou-a – e como é possível constatar por uma fotografia que o apresenta na companhia de Himmler, juntamente com os *SS-Obergruppenführers* (tenentes-gerais) Julius Schaub e Hermann Fegelein, a admirar uma série de personagens de porcelana, entre as quais conquistadores espanhóis e índios norte-americanos, as figurinhas exerceram sobre ele um fascínio pueril.



A organização *Ahnenerbe* quis encontrar raízes de misticismo ariano em distantes ruínas, mas a marca *Allach* quis levar esse tipo de misticismo para o intimismo da esfera doméstica.

O sub-campo de Allach foi libertado pelo exército norte-americano a 22 de Abril de 1945. A produção de porcelanas terminou. Um dos mais eminentes prisioneiros do sub-campo foi o pintor e arquitecto esloveno Boris Kobe, célebre por ter desenhado um baralho de cartas, inspirado no clássico baralho de Tarot, no qual cada lâmina apresenta composições tragicómicas baseadas na sua vivência em cativo.

O Grande Massacre dos Gatos

Em meados do século XVIII, um grupo de tipógrafos que trabalhava à jorna na oficina do burguês Jacques Vincent, na Rue Séverin, em Paris, matou à paulada uma série de gatos; os apanhados vivos foram enforcados num julgamento satírico, nas traseiras da gráfica. Nicolas Constat, um dos dois organizadores do *grande massacre dos gatos*, como ficou conhecido o episódio, deixou-nos um pormenorizado relato escrito, no qual assume a identidade fictícia de Jerome. Foi, nas suas palavras, a coisa mais hilariante que alguma vez aconteceu durante a estadia dele na Rue Séverin.

Este assunto foi analisado pelo historiador norte-americano Robert Darnton no livro *The Great Cat Massacre, and Other Episodes in French Cultural History* (*O Grande Massacre dos Gatos, e Outros Episódios da História Cultural Francesa*), publicado em 1984, onde se conclui que o caso, embora revestido de um certo sentimento de reprovação da parte dos desgraçados jornalheiros contra o patrão endinheirado, consistiu mais num acontecimento simbólico que numa proto-rebelião, à guisa de Revolução Francesa *avant la lettre*. Pese o truísmo de que os servos sempre desprezaram, em menor ou maior grau, os amos, os protestos sociais do *Ancien Régime* mantiveram-se sempre ao nível do “simbólico”, pois a consciência de que seria possível a criação de outro sistema político, igualitário, era inexistente. Com efeito, o próprio Darnton, em *The Great Cat Massacre*, avança com a ideia de que a grande satisfação das classes mais desfavorecidas da Idade Moderna consistiu na humilhação das classes superiores, mas não na abolição destas.



Na primeira gravura da tetralogia *The Four Stages of Cruelty* (*Os Quatro Estágios da Crueldade*), desenhada em 1751, o artista inglês William Hogarth caricaturou os costumes cruéis, seus contemporâneos, de divertimentos com animais. No lado esquerdo da imagem, pode ver-se um grupo de mariolas a dependurar num candeeiro dois gatos assanhados. Até meados do século XVIII, um popular entretém francês era o de queimar gatos vivos, espectáculo preferido da plebe e dos nobres.

O desenvolvimento do massacre dos gatos na Rue Séverin só foi possível porque a tortura e morte ritual de gatos era já uma prática predominante; em principal, nas festas de São João Baptista, em que os infelizes felinos

eram incinerados vivos em fogueiras quasi-inquisitoriais. Para tal, concorreram, de certeza, as crenças populares nas supostas aptidões dos gatos para fazerem mal ou as suas alegadas associações a práticas de bruxaria. Com base em diversos elementos causadores, interligados com religião e superstição, o gato foi seleccionado com especificidade como sendo um animal expiatório – e quando o senhor Séverin, mais a esposa, pediram aos empregados Jerome (Contat) e Léveillé que se livrassem dos gatos vadios que não os deixavam dormir com os seus miados incessantes, os dois aprendizes de tipógrafo decidiram realizar a tarefa ao estilo das *copies* que animavam os seus dias na oficina.

Carnavalescas, as *copies* eram arremedos de boçais peças teatrais com *happenings*, improvisadas com ruído e gargalhadas pelos tipógrafos e representadas, posteriormente, em repetidas vezes (daí chamarem-se *copies*) na oficina durante as horas de trabalho. Serviam, de igual maneira, como uma espécie de mnemónicas da própria cultura da *compagnonnage* tipográfica, que também estava sujeita a práticas de iniciação, promoção e julgamento: apesar de trabalhar com a palavra impressa, a “ordem” dos aprendizes e tipógrafos jornaleiros possuía uma distintiva cultura oral, associada à desordem, ao escárnio e à *fête*, manifestada em partidas e brigas nas tabernas e nas ruas.

Foi o encontro da cultura oral dos tipógrafos jornaleiros (que, mais do que sentirem fidelidade para com a sua “classe social”, mantiveram fortíssimos laços de fidelidade entre a sua classe profissional - à semelhança dos restantes ofícios da cidade), a cultura das brincadeiras ruidosas das *copies*, com a cultural popular predominante, aprovadora da morte festiva e cerimonial de gatos, que permitiu o grande massacre dos gatos: o enforcamento destes foi, pois, inspirado nos julgamentos ritualísticos ensaiados nas *copies*.

O mais cómico é que, no melhor estilo truculento das *copies*, foi Contat quem subiu durante noites seguidas ao telhado dos aposentos do patrão e se pôs a imitar um gato, para não o deixar dormir.

O Verdadeiro “Grito do Ipiranga”

A meio da tarde do dia 7 de Setembro de 1822, o príncipe português D. Pedro IV, filho do rei de Portugal D. João VI e da infanta espanhola D. Carlota Joaquina de Borbón y Borbón, regressava à cidade brasileira de São Paulo, vindo da vila costeira de Santos. Ao aproximar-se do destino, desceu subitamente da mula que montava: não sendo capaz de suster mais tempo o forte ataque de diarreia que já o obrigara a parar repetidamente a companhia durante a viagem, o regente do Brasil baixou de novo as calças para evacuar, desta vez à margem do Rio Ipiranga.

Foi nesse momento que o seu confessor, o padre brasileiro Belchior Pinheiro, se aproximou com várias cartas que lhe haviam sido trazidas com urgência pelo mensageiro real Paulo Bregaro e pelo major António Cordeiro. Segundo o relato de Pinheiro, D. Pedro mandou-o ler em voz alta as linhas escritas pela esposa austríaca D. Leopoldine von Habsburg-Lothringen e pelo seu ministro brasileiro José Bonifácio de Andrada e Silva: a primeira missiva pedia-lhe que voltasse a Portugal, como ordenavam as cortes, e a segunda que ficasse, assumindo a revolta pela independência em curso. Todavia, a paciência esvaiu-se ao ler o ofício enviado pelas próprias cortes: dizia que a sua regência era apenas honorífica, que os seus ministros seriam julgados por traição e anuladas quaisquer legislações por eles aprovadas. Pinheiro escreve que o príncipe, ainda com as calças para baixo, se enfureceu, deitou todas as cartas ao chão e pisou-as com vigor. Em seguida, abotoou-se e perguntou-lhe qual seria a melhor decisão; o confessor respondeu-lhe que deveria proclamar-se rei do Brasil. Em sequência dessa



D. Leopoldine von Habsburg-Lothringen morreu a 11 de Dezembro de 1826: é possível que tenha sucumbido a uma infecção consequente de um aborto provocado por um ou mais pontapés que D. Pedro lhe terá dado no mês anterior para obrigá-la a comparecer num beija-mão ao lado da sua amante Domitília de Castro. A história era suficientemente conhecida para ser reproduzida em 1831 pelo jornalista Francisco das Chagas de Oliveira França, no jornal revolucionário *O Tribuno do Povo*, uma semana depois de D. Pedro abdicar.

Na carta que ditou à irmã Maria Luísa, a 8 de Dezembro de 1826, a imperatriz do Brasil queixou-se de que o marido lhe batera na presença da amante: *«Minha adorada mana (...) Ultimamente, acabou de dar-me a última prova de seu total esquecimento a meu respeito, maltratando-me na presença daquela mesma que é a causa de todas as minhas desgraças. Muito e muito tinha a dizer-te, mas faltam-me forças para me lembrar de tão horroroso atentado que será sem dúvida a causa da minha morte»*.

réplica, D. Pedro pronunciou que se separava em definitivo de Portugal, tornando o Brasil num país independente. Mas a unificação e independência não foi um processo imediato, nem consensual – mesmo entre os vários estados brasileiros. No ano seguinte, por exemplo, vários ainda recusavam aceitar D. Pedro como Imperador e mantinham-se leais às cortes portuguesas.

Em Janeiro de 1822, após ouvir acusações de infidelidade ao rei e às cortes, e sentir algumas hesitações diante das insistências que José Bonifácio lhe fizera para que permanecesse, D. Pedro decidiu ficar no Brasil, desobedecendo à disposição das cortes portuguesas. Em Junho, D. Pedro escreve ao pai referindo-se com rudeza àqueles que queriam travar a emancipação da colónia, chamando-lhes «*infames déspotas dessas facciosas, horrorosas e pestíferas Côrtes*». Irreflectido e influenciável, D. Pedro de boa vontade arrogou o papel de paladino da independência brasileira.

Epiléptico e «*educado como um palafrenero*», segundo as palavras do próprio, a irascibilidade e comportamento escandaloso de D. Pedro eram famigerados dentro e fora da corte. O à-vontade com que defecou junto ao séquito na margem do Ipiranga espelha o episódio passado no forte da Praia Vermelha, na cidade do Rio de Janeiro, quando chocou os oficiais europeus durante uns exercícios militares ao evacuar à vista das tropas. Em outra ocasião, urinou sobre um guarda, do alto de uma varanda do Paço Real de São Cristóvão. Um dos seus passatempos era mergulhar nu na praia para indignar as senhoras que passeavam. Era costume aludir à mãe em público por nomes despropositados e quando, em 14 de Março de 1822, escreveu ao irmão D. Miguel, regressado a Portugal no ano anterior, pedindo-lhe que voltasse ao Brasil e casasse com a sobrinha Dona Maria da Glória, logo que ela atingisse a maioridade (em 1822, a filha mais velha de D. Pedro ainda era um bebé com três anos de idade), aconselhou-o a mandar «*comer merda*» a quem quisesse dissuadi-lo de partir.

De nome completo Pedro de Alcântara Francisco António João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Sipriano Serafim de Bragança e Bourbon, D. Pedro foi, provavelmente, tão excessivo quanto o seu nome. Morreu no Palácio Real de Queluz, a 24 de Setembro de 1834, no mesmo quarto em que nascera, e foi sepultado três dias depois no Panteão Real da Dinastia de Bragança no Mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa. Por testamento, o seu coração foi conservado na Igreja da Lapa, no Porto; por iniciativa do poeta Almeida Garrett e da rainha D. Maria II (filha de D. Pedro), passou a ser um elemento constituinte das armas da cidade.

Cento e trinta e oito anos depois, o corpo foi transladado de Lisboa para o Brasil e sepultado na cripta do Monumento à Independência, construído na margem do Ipiranga.

O Verdadeiro Capitão Kurtz

Entre Novembro de 1884 e Fevereiro de 1885, no decurso da Conferência de Berlim, presidida por Otto von Bismarck, os países africanos foram repartidos pelos estados europeus. Realizada a pedido de Portugal, a conferência teve como objectivo encontrar soluções para diversas dificuldades de âmbito colonialista; em particular o relacionado com o Congo. Os portugueses reivindicavam o direito colonizador desse coração africano com base no direito histórico, assente na descoberta da região por Diogo Cão, em 1482. No final desse século, Portugal cristianizou e protegeu o potentado do manicongo (rei do Congo), cuja capital Banza-Congo passou a ser denominada pelo nome cristão de São Salvador. As relações com os congoleses nunca foram espontâneas, deteriorando-se após a fundação da colónia portuguesa de Angola, em 1575; noventa anos depois, na escalada de uma série de alterações com congoleses e também holandeses, os portugueses venceram a Batalha de Ambuila, mas não foram capazes de exercer autoridade central sobre o território.

Em oposição às expectativas portuguesas de um desfecho favorável da Conferência de Berlim, nesta estabeleceu-se o princípio de efectividade na execução colonial, reclamando que a conservação de uma colónia era prerrogativa da sua ocupação efectiva. Por conseguinte, na acta resultante da conferência atribuiu-se o Congo à *Association Internationale du Congo*: uma sociedade filantrópica de fachada, fundada em 1879 por Léopold II, rei da Bélgica. Por intermédio do seu plenipotenciário Henry Morton Stanley (o célebre explorador galês), Léopold II possuía centenas de concessões



Gravura seiscentista, feita pelos irmãos flamengos Johan Theodore de Bry e Johan Israel de Bry, mostrando uma embaixada portuguesa a ser recebida pelo rei do Congo. Desenho fantasioso feito a partir do relato do cronista quinhentista português Duarte Lopes.

congolesas como provas de ocupação efectiva. Que tivessem sido “assinadas” com cruces, sob ameaças de várias ordens, não provou ser nenhum impedimento para a sua validade.

Através da *Association Internationale du Congo*, o monarca belga definiu fronteiras para o território e baptizou-o de Estado Independente do Congo; desvinculado da coroa belga por deliberação da Conferência de Berlim, o segundo maior país africano, riquíssimo em recursos naturais, como madeira, borracha e marfim, passou a ser o seu reino pessoal, do qual foi possessor absoluto.

Para policiar a colónia, de imediato criou uma força expedicionária de segurança chamada *Force Publique*, composta por militares e mercenários belgas e estrangeiros. A desumanidade da *Force Publique* no controlo da ordem pública e, em principal, na supervisão da extracção de borracha, chocou os próprios colonos e missionários. Com o advento da indústria automóvel, o comércio da borracha para manufactura de pneus tornara-se uma fabulosa fonte de rendimentos; todavia como a Conferência de Berlim proibira a feitura de escravos, os agentes da *Force Publique* arrebanhavam

à força “trabalhadores” nas várias aldeias e cidades congolezas: espancamentos, violações e punições grotescas, como cortes de mãos e cabeças de homens, mulheres e crianças, eram práticas rotineiras, executadas pelos homens de Léopold II para aterrorizar os autóctones e obrigá-los a laborar mais depressa. Pilhas de cabeças e mãos dispostas às entradas das aldeias e nas ruas das cidades eram visões vulgares. Para a brutalidade concorreu o próprio sistema congolês de colheita da borracha, porque inversamente à fácil extracção de látex dos troncos cortados das borracheiras da América do Sul, a recolha no Congo – cuja área é maior que as da França, Alemanha, Portugal e Espanha juntas – fazia-se desbastando as convolutas videiras-da-borracha, que são plantas trepadeiras com um ciclo de vida lento; insensíveis a este problema, os torcionários da *Force Publique* apenas se limitaram a intensificar os métodos de terror. Em 1885, a população congoleza contabilizava cerca de trinta milhões de indivíduos, mas quando Léopold II morreu, em 1909, esse número estava reduzido a nove milhões.

O livro *Heart of Darkness* (*O Coração das Trevas*) de Joseph Conrad, publicado em 1902, conta uma história baseada no período em que Léopold II foi senhor do Estado Independente do Congo – e a famosa personagem Mr. Kurtz, interpretada por Marlon Brando na versão cinematográfica do romance, intitulada *Apocalypse Now* (realizada por Francis Ford Coppola em 1979), é inspirada directamente num indivíduo real: o capitão belga Léon Rom.

Tal como Mr. Kurtz, a quem serviu de modelo, Rom encerrou no seu comportamento uma mistura de sofisticação e bestialidade. Nos tempos livres gostava de caçar elefantes, pintar paisagens sereníssimas, coleccionar borboletas e compor poesia, mas enquanto líder da *Force Publique* impunha que os negros se lhe dirigissem de joelhos e mãos no chão para receberem ordens à chicotada, coleccionava cabeças congolezas em estacas no jardim florido dos seus aposentos e à entrada mantinha sempre uma força pronta a funcionar. Em *Heart of Darkness*, o enlouquecido Mr. Kurtz é um “filósofo”, autor de um panfleto sobre a civilização africana que termina com a pungente exclamação, rascunhada com violência, «*exterminate all the brutes*» («*exterminem todos os selvagens*») – espécie de prolegómeno ficcional para os genocídios reais que o virar do século veria em território africano. Quando regressou com total impunidade à Bélgica, em 1899, Rom também revelou ser um “filósofo”, publicando o livro *Le Nègre du Congo* (*O Negro do Congo*), um ensaio racista.

O *Musée Royal de l’Afrique Centrale*, em Tervuren, na Bélgica, conserva cinco telas de Rom, assim como o seu diário pessoal. Não estão acessíveis ao público, ao contrário das fotografias de negros amputados pela *Force Publique* durante o regime de Léopold II.

Sobre Camões

Se a data de nascimento de Luís Vaz de Camões ainda é incerta (1517? 1524?), a historiografia camoniana é mais ou menos consensual no que concerne à data da morte: 10 de Junho de 1579 – sete anos depois da publicação da primeira edição de *Os Lusíadas*.

Camões morreu na miséria, de corpo deteriorado, e foi inumado sem cerimónias no adro da antiga porta principal da Igreja de Sant'Anna. Quinze anos depois, por iniciativa de D. Gonçalo Coutinho, alguns dos que conservavam memória do seu nome, lá trataram de encontrar uns restos mortais que acharam ser dele e fizeram-lhes sepultura em outro local da igreja sobre o qual, em 1729, se construiu um novo coro que sobreviveu ao grande terramoto de 1755. No dia 8 de Junho de 1880, foram finalmente levados para a Igreja de Santa Maria de Belém (Mosteiro dos Jerónimos), os ossos encontrados vinte e seis anos antes em Sant'Anna pela comissão responsável para o efeito. Muita especulação envolve não só o enterramento original de Camões, como a identidade fidedigna das ossadas conservadas em Belém.

Os relatos históricos disponíveis sobre estes episódios apresentam-se discordantes. Um dos mais interessantes, embora não avance com a hipótese de que se trate do mais credível, é o livro *A Verdade Acerca dos Ossos de Luiz de Camões*, escrito pelo padre Sebastião de Almeida Viegas, antigo capelão das freiras de Sant'Anna. Neste volume, editado em 1893, o sacerdote, que testemunhou em primeira mão as operações da comissão de 1854 e respectivos desenvolvimentos, mostra ao leitor que não está convencido



Admirável materialização da Lisboa quinhentista no filme *Camões* (1946) do cineasta Leitão de Barros. Este filme, escrito por Barros e pelo realizador António Lopes Ribeiro, foi exibido em competição no primeiro festival de cinema de Cannes, em França.

de que as ossadas enviadas para Belém sejam as de Camões, afirmando que essas ainda estão em Sant'Anna. Os peritos forenses da comissão de 1854, por exemplo, examinaram a arca em que foram depositados todos os ossos encontrados no local, incluindo o famoso esqueleto guardado no cesto de vime, e concluíram que pertenceram a diversos homens e mulheres, cada qual marcado por maleitas desiguais. É inverosímil que as ossadas encontradas por D. Gonçalo Coutinho tivessem sido do poeta, mas é concebível que as verdadeiras ossadas de Camões ainda estejam sepultadas em Sant'Anna: todavia, transcorridos terremotos, repavimentações e reconstruções, é improvável que venham a ser descobertas.

No que diz respeito à fisionomia de Camões, esse é outro mistério, embora seja também consensual a ideia de que o retrato pintado por Fernão Gomes (talvez entre 1573 e 1575) possa ser aquele que possui um maior grau de verosimilhança – até se descobrirem mais informações ou outras representações, terá de aceitar-se esta hipótese, porque a nossa percepção de figuras históricas precisa sempre de um rosto, nem que seja imaginário.

O apelido *Camões* entra no nosso léxico no século XIV, com Vasco Pires de Camões, nobre galego que se refugiou em Portugal: presumivelmente, foi o bisavô de Luís Vaz de Camões. A etimologia do apelido talvez se relacione com a freguesia galega de Santa Eulália de Camós; cuja pronúncia popular *camones* reproduz a grafia medieval ducentista. Também não pode ignorar-se o nome hispânico *calamón*, do qual deriva o catalão *galmon* e o nosso *camão*: todos nomes para o galeirão comum, ave aquáti-

ca, aparentada com a abetarda, que habita junto dos rios. Ainda no século XVIII se dizia *camão* em vez de *galeirão*; não obstante a palavra *galeirão* existir desde o século XIII, evidentemente com outro significado.

Resta esclarecer que *Camões* ainda ganhou o significado de *zarolho*, por culpa do acidente que feriu um dos olhos do poeta: acidente que consistiu no disparo aziago de um estilhaço de uma peça de artilharia – talvez de um pequeno canhão, embora se especule quanto às circunstâncias e local do incidente.

O dia 10 de Junho ainda foi durante muito tempo chamado de Dia de São Camões.

Maçãs Envenenadas

Em 1916, o cineasta norte-americano J. Searle Dawley realizou a primeira adaptação cinematográfica do conto *Schneewittchen* (*Branca de Neve*): a célebre história integrada no compêndio *Kinder-und Hausmärchen* (*Contos de Fadas para Crianças e Para o Lar*), publicado em 1812 pelos irmãos alemães Jacob e Wilhelm Grimm. Seis anos antes, Dawley realizara a primeira adaptação cinematográfica de *Frankenstein; or, The Modern Prometheus*, da escritora inglesa Mary Shelley (1818), produzida pelo estúdio *Edison Manufacturing Company*, do inventor norte-americano Thomas Edison. Na verdade, nenhuma das versões que Dawley filmou foi baseada no material literário original, mas nas peças teatrais que as adaptaram pela primeira vez.

O argumento do filme *Snow White* (*Branca de Neve*) foi escrito pelo dramaturgo norte-americano Winthrop Ames, adaptado da peça que estreara no Halloween de 1912 no seu próprio teatro nova-iorquino *Little Theatre*; a atriz norte-americana Margarite Clark, famosa pelo físico frágil e feérico, interpretou o papel de Branca de Neve na peça e no filme. Esta produção foi, certamente, um dos modelos para a criação da primeira longa-metragem de animação do estúdio de Walt Disney, *Snow White and the Seven Dwarfs* (*Branca de Neve e os Sete Anões*), estreada nos Estados Unidos em 1937: a semelhança entre ambos os filmes é grande, principalmente na caracterização de ambientes e algumas personagens, como os sete anões.

A versão produzida por Disney tornou-se a mais popular, porém antes dos irmãos Grimm estabelecerem a deles, a variante que pode ler-se



A história de Branca de Neve serviu de base ao argumento de um singular filme brasileiro, intitulado *Histórias Que Nossas Babás Não Contavam* (1979) de Oswaldo de Oliveira: um dos mais conhecidos títulos do popular cinema designado de *Pornochanchada*. A palavra *chanchada* (da qual derivou *chachada*) existe no nosso léxico desde o século XVI e provém do étimo italiano *cianciata* que significa *ordinarice* ou *farsa*. O movimento do cinema de chanchada teve início com a estreia do primeiro filme sonoro brasileiro, intitulado *Acabaram-se os Otários* (1929), de Luiz de Barros, e prosseguiu com a realização das chamadas “comédias carnavalescas”, produzidas por estúdios como Atlântida ou Produções Cinematográficas Herbert Richers S. A. Os filmes de pornochanchada não são filmes pornográficos, mas comédias eróticas: o primeiro

foi *Os Paqueras* (1969) de Reginaldo Faria. Antes de extinguir-se, o movimento tornou-se mais ousado para tentar resistir à irrupção da pornografia *hardcore* e alguns cineastas até realizaram filmes pornográficos sob pseudônimos (como o famoso José Mojica Marins – o Zé do Caixão –, cujo pseudônimo era J. Avelar).

em *Kinder-und Hausmärchen* comportou mudanças que vieram a influenciá-la: a mais flagrante é a de que a Rainha Má deixou de ser mãe de Branca de Neve para ser madrasta nas diversas edições posteriores a 1812. Em virtude do modo como a transmissão oral se embebe no caldo cultural que a propaga, não é surpreendente que, independentemente da estrutura basilar se manter mais ou menos inalterada, a história de Branca de Neve seja contada de modo diferente de sociedade para sociedade; contudo, talvez devido à sua popularidade, há quem acredite que ela se corresponde com as vidas de indivíduos autênticos.

O farmacêutico alemão Karlheinz Bartels, residente na cidade de Lohr, na Baixa Francónia, desvendou no livro *Schneewittchen – Zur Fabulologie des Spessarts* (*Branca de Neve – Para uma Fabularia da Região Montanhosa das Spessarts*), publicado em 1990, a teoria de que Branca de Neve foi uma rapariga que viveu nessa cidade, em meados do século XVIII: o nome seria



Nascida em 1815, Augusta “Ada” Byron, condessa de Lovelace, foi filha do poeta inglês George “Lord” Byron e a criadora do primeiro programa de computador (algoritmo), que formulou para ser processado pela Máquina Analítica do inventor inglês Charles Babbage (não confundir com a sua anterior Máquina Diferencial). Este computador nunca foi construído, mas, segundo as notas de Babbage e Byron, teria sido a primeira Máquina de Turing. Embora Babbage não tenha creditado nos seus registos a importância do génio matemático de Byron, hoje sabe-se o quanto os seus raciocínios foram revolucionários, antecipando até o uso de cartões perfurados na computação. A “Encantadora de Números”, como Babbage lhe chamava, morreu de cancro no útero aos trinta e seis anos de idade sem que a sua inteligência extraordinária tivesse sido reconhecida.

Maria Sophia Margaretha Catherina von Erthal, filha do príncipe-eleitor Philipp Christoph von Erthal, barão de Rieneck, e da baronesa Maria Eva von Bettendorff (a designação alemã *kurfürst* para *príncipe-eleitor* não se relaciona com o significado de *filho de rei*, que a palavra *príncipe* também possui, mas com o de *princeps* ou *prior*: o *primeiro*). Bartels avança com a hipótese de que Maria von Erthal nasceu em 1729, no castelo de Lohr, e que aos dezassete anos passou a ter Claudia Elisabeth von Venningen, condessa de Reichenstein, como madrasta. Parcialmente cega, por culpa de um ataque de varíola que sofrera na infância, esta Branca de Neve bávara seria a menina dos olhos da cidade e Bartels encontra equivalentes “verídicos” para cada particularidade da história fictícia, inclusive a existência do espelho mágico (objecto em exposição permanente no *Spessartmuseum*, situado no castelo de Lohr), dos anões mineiros (operários da vila mineira de Bieber, a Oeste de Lohr), da maçã envenenada e do caixão de vidro (artefacto comum, principalmente nas igrejas em que serve de receptáculo a restos mortais de santos). Mesmo assim, Lohr não é a única cidade alemã a perfilhar a verdadeira Branca de Neve: Waldeck também possui uma candidata.

Em 1994, o académico alemão Eckhard Sander editou livro intitulado *Schneewittchen, Märchen oder Wahrheit?* (*Branca de Neve, Conto de Fadas ou Verdade?*), no qual assevera que a jovem Margaret von Waldeck, nascida em 1533 e segunda filha de Phillip IV, conde de Waldeck-Wildungen, e de Margarethe von Ostfriesland, foi a proverbial Branca de Neve; desta vez, a madrasta chamava-se Katherina von Hatzfeld e terá morto a afilhada, em 1554, por ciúmes da relação clandestina que ela teria com Filipe II de Espanha (ainda príncipe). Na versão de Sander, os anões são crianças que trabalhavam nas minas da cidade alemã de Bad Wildungen.

Independentemente destas conclusões serem explicações de verdadeiros mistérios históricos ou apenas gestos de *marketing* turístico, testificam de modo incontestável a magia que esta fantasia opera nas nossas mentes: não será por casualidade que a história de Branca de Neve se encontra entre as primeiras a serem filmadas aquando do advento do cinema, tanto o de imagem real como o de animação. Outra personalidade que se deixou contagiar, mas de modo trágico, com a história de Branca de Neve foi o matemático inglês Alan Turing, o “pai do computador”.

No início de 1952, Turing conheceu um homem chamado Arnold Murray e os dois iniciaram uma relação. Semanas depois, Turing regressou a casa no final de um dia de trabalho e encontrou-a saqueada: só nessa altura descobriu que Murray tinha um cúmplice e que ambos se dedicavam a roubar os homens com quem o primeiro se relacionava. Ir à esquadra da polícia para denunciar o crime foi um erro: quando Turing revelou, sem

rodeios, que mantinha uma ligação sexual com Murray, foi acusado de conduta indecente.

Ao abrigo da Emenda Labouchere, inserida no código penal inglês em 1885 pelo político londrino Henry Labouchere para punir em exclusivo a homossexualidade masculina, Turing viu-se constrangido a escolher entre ser encarcerado durante um período mínimo de dois anos ou ficar em liberdade condicional desde que se submetesse a uma terapia hormonal que o “curasse” da homossexualidade. Para não perder o emprego, Turing escolheu a segunda condição, mas a acusação e posterior sentença retiraram-lhe à mesma o direito de trabalhar como cripto-analista no *Government Communications Headquarters* (*Departamento Central de Comunicações do Governo*), para o qual, treze anos antes, desenvolvera a técnica para decifrar a máquina alemã de encriptação *Enigma*, aperfeiçoada em 1918 pelo engenheiro Arthur Scherbius e usada pelo exército alemão durante a Segunda Grande Guerra.

De físico atlético, Turing tinha fama de ser um magnífico maratonista amador, chegando a alcançar o tempo de duas horas, quarenta e seis minutos e três segundos no campeonato desportivo de maratona e decatlo organizado em 1948 pela *Amateur Athletic Association of England* (*Associação Amadora de Atletismo de Inglaterra*): apenas onze minutos a mais que o tempo conseguido pelo atleta argentino Delfo Cabrera, vencedor da medalha de ouro na modalidade de maratona nos Jogos Olímpicos de Verão, realizados nesse ano em Londres. No período em que trabalhou na propriedade de Bletchley Park, ao serviço do *Government Communications Headquarters*, costumava correr de Betchley a Londres: uma distância de mais de sessenta quilómetros. Mas julgado por culpa da mesma lei que estivera na origem do aprisionamento do escritor irlandês Oscar Wilde, em 1895, a terapia de injeções de estrogénio deformou-lhe o corpo: fê-lo engordar, deixou-o impotente e aumentou-lhe os seios. Os dias de corrida acabaram e passou a viver em reclusão doméstica. Morreu dois anos depois, por intoxicação com cianeto, e o óbito foi declarado como sendo um suicídio.

Ao lado da cama em que jazia, a sua criada encontrou uma maçã meio trincada; embora o pomo não tenha sido examinado, especulou-se que Turing o teria embebido no composto, antes de ingeri-lo. Turing comia uma maçã todas as noites, antes de deitar-se e *Snow White and the Seven Dwarfs* era o seu filme favorito, ao ponto de cantarolar nos corredores da universidade de Cambridge os versos que a Rainha Má declama na cena em que imerge a maçã na poção envenenada.

Vinte e quatro anos depois, o matemático austríaco Kurt Gödel, sofrendo de fobia a aparelhos eléctricos e de paranóia, recusava-se a comer tudo o que não fosse cozinhado pela sua mulher Adele Nimbursky, com

pavor de ser envenenado; quando esta precisou de ser internada durante uns meses, Gödel simplesmente deixou de comer e morreu de inanição no hospital da cidade de Princeton, no estado norte-americano de New Jersey. Pesava somente trinta quilos.

Tal como Turing, também foi um fã fervoroso do filme *Snow White and the Seven Dwarfs*.

Cabeças

Cortar a cabeça é, em simultâneo, um método de execução e um acto simbólico de poder. O cronista grego Estrabão descreve que algumas tribos gaulesas tinham o costume de amarrar aos carros de batalha as cabeças decepadas dos adversários e que os citas bebiam cerveja dos crânios descarnados dos inimigos. Na verdade, muitas civilizações clássicas ocidentais e orientais usaram caveiras como taças, mas os vikings, apesar da fama que Hollywood lhes deu, nunca o fizeram. Assim como, ao contrário daquilo que nos é mostrado nos *Westerns*, os índios da América do Norte, na generalidade, não escarpelavam os *cowboys*: o bando mais violento de escarpeladores foi um grupo multi-racial, liderado por um militar branco chamado John Joel Glanton, cujos massacres por escarpes índios e mexicanos serviram de inspiração a Cormac McCarthy na escrita do romance *Blood Meridian (Meridiano de Sangue)*, no qual Glanton aparece como personagem.

Na Europa Ocidental, a decapitação popularizou-se como sendo a punição preferencial dos sentenciados de sangue azul. Para evitar que as aves comessem as cabeças em exposição, os algozes escaldavam-nas em água fervente, com sal e cominhos, antes de dispô-las em pontes, praças e muralhas.

Aquando do advento da Revolução Francesa, em cujo período a guilhotina se instituiu como método público de execução, a decapitação tornou-se a prática estatal para nivelar diante da morte os criminosos oriundos de todas as classes sociais; no entanto, não só a máquina não foi criada pelos

franceses, como nem sequer foi inventada por Joseph-Ignace Guillotin, a quem injustamente foi roubar o nome.

Com efeito, Guillotin até foi um dos poucos indivíduos da assembleia constituinte de Paris que, a 10 de Outubro de 1789, se insurgiu contra a instituição da pena de morte; vendo-se em minoria, referiu somente que, na inevitabilidade da aplicação da pena de morte, ela deveria ser feita em privado, com o recurso à decapitação “mecânica”, porque seria mais humano para a vítima e para o carrasco. Foi um comité encabeçado pelo doutor Antoine Louis que desenhou a máquina francesa de decapitação, seguindo o modelo providenciado pela famosa “forca” da cidade inglesa de Halifax, que não era forca nenhuma, mas um instrumento de degolação – usado desde o século XVI. Quando a guilhotina se estreou, chamaram-lhe *Louissette*. Também é falso que Guillotin tenha sido guilhotinado: viveu tempo suficiente para ser o primeiro médico a introduzir em França a vacinação inventada pelo inglês Edward Jenner.

De modo geral, os carrascos eram desprezados, mas alguns, pelas mais variadas razões, alcançaram um estatuto popular semelhante ao das mediáticas celebridades contemporâneas. Um dos mais famosos foi Charles-Henri Sanson: descendente de uma linhagem de verdugos ilustres, foi um executor profissional, capaz de cortar uma cabeça por minuto – já incluindo o percurso do condenado até ao cadafalso, mais os instantes que demoravam a disposição do corpo no aparelho e a remoção do tronco decapitado. Foi o degolador de Louis XVI; o seu filho Henri, feito carrasco como o pai, decapitou Marie Antoinette. Depois da instituição da guilhotina, como ferramenta de pena capital, não demorou muito tempo até circular numerosos relatos públicos de cabeças guilhotinadas ainda exibindo sinais de consciência, dentro dos cestos ou nas mãos dos carrascos, o que despertou o interesse da *intelligentsia* desse período.

Em 1812, o cirurgião Julien Jean César Legallois teorizou que talvez fosse possível manter viva uma cabeça decepada, se lhe fosse injectada um fluxo constante de sangue oxigenado, mas a hipótese só foi testada quarenta e cinco anos depois pelo médico Charles-Édouard Brown-Séquard, que drenou de sangue a cabeça decepada de um cão para lhe injectar sangue novo: Brown-Séquard registou movimento voluntário nos olhos do animal, mas a cabeça perdeu os sinais vitais antes dele alcançar resultados satisfatórios com a experiência. Mais tarde, em 1884, na sequência das falhadas tentativas iniciais de reanimar as cabeças decepadas dos condenados Campi e Gamahut com injeções de sangue de cão e boi, o médico Jean-Baptiste Vincent Laborde lembrou-se de ligar directamente a artéria carótida esquerda da cabeça decepada de um assassino chamado Gagny à artéria carótida de um cão ainda vivo para que o sangue do animal circu-



No período da Revolução Francesa, um grupo formado por veteranas da Marcha de Outubro (manifestação de populares, maioritariamente mulheres, que, em Outubro de 1789, marcharam até ao Palácio de Versalhes para protestar sobre o preço elevado do pão) e suas simpatizantes reuniram-se junto à guilhotina da *Place de la Révolution* (hoje *Place de la Concorde*), em Paris, para assistirem às execuções enquanto faziam tricot. Ficaram conhecidas como *Les Tricoteuses* (as tricoteadeiras) e consistem numa das imagens que, com mais força, demonstram o panorama paradoxal do *Été de la Grande Terreur* (Verão do Grande Terror) de 1794.

lasse pela cabeça humana. Não registou sinais de consciência na cabeça de Gagny, mas apurou o retesar dos músculos faciais e o modo surpreendente como a boca bateu com força os dentes (com a ajuda de alguns choques eléctricos).

Laborde não acreditava na existência da alma – até fez parte de uma bizantina sociedade científica secreta chamada *Société d'Autopsie Mutuelle* (*Sociedade da Autópsia Mútua*), uma comunidade restrita de médicos e intelectuais parisienses que autopsiava os membros constituintes, após as suas mortes naturais, para demonstrar que eram a configuração e o tamanho dos cérebros, em vez das almas, os responsáveis pelas personalidades dos indivíduos –, mas restava a dúvida sobre se o tipo de reacção *post-mortem* manifestado pelas cabeças degoladas seria completamente automático ou voluntário. Ainda realizou pelo menos mais duas experiências semelhantes à anterior, obtendo resultados análogos, mas foi um seu contemporâneo, chamado Paul Loye, que aclarou a questão.

Este médico construiu uma guilhotina no seu laboratório na universidade da Sorbonne, em Paris, e decapitou centenas de animais para registar as reacções e os movimentos dos corpos e cabeças. Verificou que durante uns instantes as cabeças abriam e fechavam os focinhos e, por vezes, as narinas moviam-se, mas a conclusão a que chegou foi a de que a morte na guilhotina, por privar o cérebro de sangue, resultava na perda imediata e completa de consciência, subsistindo somente reflexos involuntários nos músculos e em alguns órgãos, como o coração. Os últimos condenados à morte a serem guilhotinados em Inglaterra e em França foram o escocês Simon Fraser, em 1747, e o tunisino Hamida Djandoubi, em 1977; a Inglaterra proibiu a guilhotina em 1870 e a França aboliu a pena de morte em 1981.

Fosse como método de execução ou para inspirar terror nos adversários, muitas culturas diferentes praticaram a decapitação, mas o costume de reduzir as cabeças decepadas para serem usadas como adornos e fetiches é apanágio das tribos amazónicas ditas “jívaras”, como os shuares do Equador e os aguarunas do Peru. Encolher uma cabeça decapitada é uma artefacto demorada. Em primeiro lugar, a cerviz é depilada para que se possa fazer uma incisão limpa; com delicadeza, a carne é lentamente apartada do osso, de modo a não danificar as feições, até o crânio intacto ser retirado pela nuca. A cabeça desossada é mergulhada em água a ferver durante algum tempo (se for demasiado, o cabelo cai); depois de secar ao Sol, é virada do avesso para que possa extirpar-se quaisquer impurezas que ainda permaneçam no interior. Posteriormente é recheada de pedras e areia quentes para que o calor derreta a gordura agarrada à pele; durante esta fase, a cabeça é moldada regularmente com as mãos para não perder a forma e é também para isso que a areia serve. Todas as etapas do processo são repetidas até que

a cabeça mirre para, mais ou menos, o tamanho de um punho. Finalmente, o pescoço, os olhos e a boca são cosidos. Seria de esperar que este género de artefactos só pudessem ser encontrados na selva ou em museus, mas a 13 de Dezembro de 1945, o assistente de advogado de acusação norte-americano Thomas J. Dodd apresentou a prova *USA - 254* aos jurados de uma sessão dos Julgamentos de Nuremberga: uma cabeça reduzida, trazida do “departamento de patologia” do campo de concentração alemão de Buchenwald.

A cabeça, decepada e encolhida ao estilo “jívoro” no próprio campo de Buchenwald, pertencera a um prisioneiro polaco punido com enforcamento, de acordo com as Leis de Nuremberga (estabelecidas em 1935 pelo partido nazi), pelo “crime” de *rassenschande* (*corrupção racial*). Na verdade, é uma de duas cabeças encolhidas encontradas nesse campo de concentração: montadas de forma a servirem de pisa-papéis, mostram que os nazis fizeram tudo aos seus prisioneiros, excepto comê-los. No mesmo dia, foram apresentados em tribunal outras provas do mesmo jaez, como peles humanas tatuadas, retiradas dos corpos para servirem de decorações. Buchenwald não foi um campo de extermínio, como Auschwitz, mas sob a direcção do *SS-Standartenführer* (coronel) Karl-Otto Koch tornou-se um dos campos nazis de maior mortandade. Koch partilhou o comando com a



Os dois pisa-papéis, feitos com cabeças encolhidas, descobertos pelos aliados no campo nazi de Buchenwald. A 7 de Maio de 1942, o *SS-Hauptsturmführer* (capitão) Waldemar Hoven, na altura *SS-Standortarzt* (médico chefe) da guarnição da cidade de Weimar, enviou uma carta ao departamento de patologia do campo de Buchenwald pedindo que cessasse a produção desses artigos “especiais” e que os técnicos se limitassem a preparar os cadáveres para a academia de medicina da cidade austríaca de Graz, conforme o procedimento regular.

esposa Ilse Köhler, a chamada “bruxa de Buchenwald”; infame por investir a cavalo contra os prisioneiros e por seleccionar, entre os recém-chegados, os indivíduos tatuados para serem esfolados. Acusado de corrupção, o casal foi preso pela SS, em 1943; Koch foi executado dois anos depois pelos nazis e Köhler foi apreendida pelos aliados enquanto residia em liberdade com a família na cidade alemã de Ludwigsburg – onde também morou a célebre estudante e resistente alemã Sophie Scholl, do movimento *Weisse Rose* (*Rosa Branca*). Não é por acaso que a escultura de homenagem a Scholl, feita em 2003 pelo artista suíço Nicolai Tregor, e que pode ver-se no panteão bávaro *Walhalla*, seja um busto: Scholl foi guilhotinada em 1943.

Ainda durante a Segunda Grande Guerra, alguns soldados norte-americanos, destacados nas ilhas do Oceano Pacífico, desenvolveram um fetiche quasi-tribal por crânios de militares japoneses mortos. Deceparam, escaldavam e aplicavam soda cáustica nas cabeças decepadas para descarná-las e conservavam as caveiras à guisa de troféus. Em Maio de 1944, a revista norte-americana *Life* publicou a fotografia de uma rapariga loura sentada a escrever enquanto observa um crânio pousado na sua secretária: essa jovem, chamada Natalie Nickerson, foi fotografada enquanto escrevia ao namorado, um tenente da marinha, a agradecer-lhe a caveira japonesa que este lhe oferecera, tal como prometera. Natalie baptizou-a de Tojo – o general Hideki Tojo do Exército Imperial Japonês foi o primeiro-ministro do Japão nesse período e o cérebro do ataque nipónico à base militar de Pearl Harbour, na ilha Oahu do estado norte-americano do Havai. Um ano antes, o jornal norte-americano *Baltimore Sun* publicara a notícia de uma mãe que requereu às autoridades que a deixassem receber pelo correio uma orelha de um soldado japonês que o filho lhe queria enviar, de modo a poder pregá-la na porta de casa.

Todavia, no que concerne a cabeças cortadas, as relações entre mães e filhos podem tomar rumos imprevistos. Em Setembro de 1828, três homens – Henry Holm, James Wood e Charles Charley – forçaram a entrada numa cripta da igreja de St. Mary’s Churchyard, no arrabalde londrino de Hendon, cortaram e roubaram a cabeça de uma mulher. Depois de serem capturados, descobriu-se que Holm – um estudante de medicina, deslumbrado pelo trabalho do médico alemão Johann Gaspar Spurzheim (co-criador da pseudo-ciência frenologia, em conjunto com o seu tutor Franz Joseph Gall) –, decepara a cabeça da mãe, falecida há vinte anos, para submetê-la a um apurado exame frenológico com o objectivo de descobrir a origem de uma doença hereditária da qual ele dizia ter os sintomas. Holm foi sentenciado pelo tribunal a pagar 50 libras pelo delito menor de roubar a cabeça da mãe.

É possível que este episódio tenha sido assimilado pelo escritor irlan-

dês Bram Stoker, inspirando-lhe a decapitação na cripta da personagem Lucy Westenra no romance *Dracula* (1897). Quem decapita Lucy é o seu noivo Arthur Holmwood (ajudado por Van Helsing), cujo apelido reúne os últimos nomes de dois dos profanadores da cripta da igreja de St. Mary's Churchyard em Hendon – Holm e Wood. Acrescente-se que a igreja de St. Mary's Churchyard situa-se entre as áreas londrinas de Kingsbury e Hampstead: em *Dracula*, Lucy foi encriptada na igreja fictícia de Kingstead.

Especiarias Orientais e Cruzes Portuguesas

No dia 8 de Julho de 1497, quatro barcos portugueses saíram às duas horas da tarde da praia do Restelo em direcção à cidade de Calecute, na costa ocidental da Índia: o *São Gabriel*, comandado por Vasco da Gama; o *São Rafael*, comandado por Paulo da Gama; o *Berrio*, comandado por Nicolau Coelho; e um barco carregado de provisões e água potável, comandado por Gonçalo Nunes. A acompanhá-los, seguiu um barco comandado por Bartolomeu Dias, com destino à feitoria de S. Jorge da Mina, no Golfo da Guiné, em África. Todos os barcos partiram do cais da Ribeira no dia anterior, mas passaram a noite ancorados no Restelo, à espera da maré vazante. Com o objectivo de encontrarem um caminho marítimo para a Índia, que permitisse à coroa portuguesa obter directamente as cobiçadas especiarias orientais, em vez de comprá-las a vendedores venezianos, foi uma viagem extraordinária: durou dois anos e dois meses a completar e parte dela consistiu na maior navegação em oceano aberto que até à altura fora realizada. Porém, pese a genuína coragem e espírito necessários para levar a bom porto esta importante façanha, descreva-se o contexto histórico em que foi realizada.

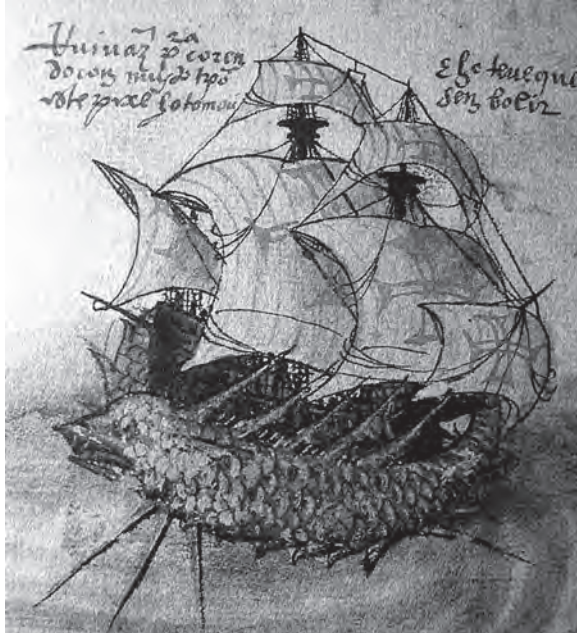
Nos três meses que passaram em Calecute, sob a desconfiança dos habitantes locais, Vasco da Gama e os seus homens viram cerca de mil e quinhentos navios muçulmanos a atracar no porto da cidade em busca de especiarias, porém não foi esse número elevado de barcos que lhes chamou a atenção, mas um pormenor interessante de um ponto de vista estratégico: nenhum navio vinha armado.

Os mercadores pertenciam a diversas comunidades muçulmanas – árabes, guzarates, malabares, bengaleses – e hindus – tâmiles – muito distintas entre si, e, por conseguinte, o comércio no Oceano Índico não se encontrava dominado por um poder unificador, mas repartido por alguns portos importantes e múltiplos entrepostos que funcionavam ao abrigo das leis dos locais em que se situavam. Esses portos, tanto os pequenos como os grandes, concorriam uns com os outros de forma ordeira, oferecendo em contínuo tarifas mais atractivas, de maneira a atrair o maior número possível de navios.

Com essa informação como conselheira, e depois de uma viagem desastrosa na qual seis barcos se arruinaram, o capitão-mor Pedro Álvares Cabral e seis navios armados chegaram a Calecute no dia 13 de Setembro de 1500, resolvidos a fundar uma feitoria; todavia, descobriram que a cidade tinha um novo samorim, mais jovem e provocador que o antecessor. Depois de negociações iniciais muitíssimo agitadas, com trocas mútuas de reféns como garantias, o rei de Calecute concedeu a Cabral um salvo-conduto que permitiu aos portugueses fundar uma feitoria. Para o efeito, passados sessenta dias, foi dada a Cabral uma casa, à beira do porto, que ficou sob a governança do feitor Aires Correia.

O ambiente entre cristãos portugueses e mercadores muçulmanos era de crispação e o samorim até obrigou Cabral a montar um ataque súbito ao porto rival de Cochim para recuperar de um navio uns elefantes que, de acordo com as suas palavras, lhe tinham sido roubados. A ínfima alteração das condições presentes num sistema meta-estável transmuta-o irreversivelmente: foi o que aconteceu a 16 de Dezembro, quando, aconselhado pelo feitor, Cabral capturou um navio muçulmano que se preparava para partir carregado de especiarias para a cidade árabe de Jidá, na costa oriental do Mar Vermelho. A retaliação islamita foi desproporcionada: após uma altercação de três horas à feitoria, que resultou em consideráveis danos materiais, Correia e mais cinquenta e três portugueses foram mortos. Na ausência de uma intervenção do samorim, Cabral decidiu vingar-se pelos seus próprios meios e capturou uma dezena de navios muçulmanos, confiscou-lhes as cargas e incendiou-os ainda com sobreviventes dentro; no dia seguinte, bombardeou em força Calecute e retirou-se para Cochim, onde foi bem recebido pelo rajá, apesar do recente episódio dos elefantes. Aí permaneceu, enchendo o armazém de uma novíssima feitoria, até regressar carregado de especiarias a Lisboa, em meados de Janeiro do ano seguinte.

Em Outubro de 1502, Gama regressou à Índia para intensificar de modo violento a presença portuguesa. Canhoneou portos e cidades costeiras para exigir pela força o pagamento de *cartaz*: uma licença que qualquer navio não-português deveria possuir para transportar especiarias –



Nesta aguarela fabulosa do *Livro de Lisuarte de Abreu* (1558) um imaginário monstro marinho ergue no dorso uma nau portuguesa (com as imaginárias velas decoradas com cruces da Ordem de Cristo), numa imagem remanescente de um dos diversos encontros com monstros marinhos que podem ler-se no influente relato da mítica viagem do monge irlandês São Brandão, escrito no século X.

as embarcações que não tivessem *cartazes* eram capturadas, confiscadas e as suas tripulações aprisionadas ou executadas. Além disso, os navios muçulmanos eram constantemente abordados e as tripulações usadas para tiro ao alvo, quando não eram mutiladas com cortes de orelhas, narizes e mãos. Descontando o antagonismo tradicional que existia entre cristãos e muçulmanos, a brutalidade de Gama apoiava-se na ideia de que qualquer presença portuguesa no Índico estaria sempre em desvantagem numérica em relação à população autóctone; logo convinha aos portugueses mostrarem o máximo de intransigência para prevenir insurreições. Jogando com a rivalidade das duas cidades Calecute e Cochim, e conquistando outras, como Goa, Dio, Malaca, Ormuz, Chaul e Ternate, os portugueses monopolizaram o comércio das especiarias orientais durante as quatro décadas seguintes, dominando cerca de 80% das transacções europeias desses produtos. Pode dizer-se que ainda dominaram uma parte significativa desse comércio durante o remanescente século XVI, mas com a chegada dos holandeses e ingleses ao Oriente a hegemonia deteriorou-se.

É consensual dizer-se que Gama navegou em naus na primeira viagem para a Índia, mas o único registo coevo da navegação, escrito por Álvaro Velho do Barreiro durante a própria viagem, apenas refere como *nau* o barco dos mantimentos (desmanchado na angra de São Brás, em África, a 25 de Novembro de 1497) designando as restantes embarcações por *navios*. O substantivo *nau*, cujo étimo é a palavra grega *naûs*, da qual

deriva o nome latino *nave*, apenas traduz a ideia de *navio*, sem denotar nenhuma especificidade de feitio. É, pois, um elemento ambíguo, empregado de modo genérico para nominar embarcações de tipos e tonelagens muito diversificados – assim como o nome *caravela* (que não aparece referenciado em nenhuma das setenta e nove páginas do manuscrito de Álvaro Velho), de provável etimologia italiana e presente no nosso léxico desde o século XIII, usado tanto para designar pequenos barcos de pesca, como grandes barcos de carga. A “típica” caravela portuguesa do século XV era uma embarcação de tonelagem média (cerca de cinquenta tonéis), com três mastros e velas triangulares. Todos os elementos da descrição de Álvaro Velho indicam que os navios de Gama deveriam ter tonelagens desta grandeza ou semelhante.

Uma imagem recorrente, em diversos contextos, é a dos navios portugueses deste período ostentarem a cruz vermelha da Ordem de Cristo no velame. É uma ideia romântica, mas errada. Considere-se que o projecto náutico quatrocentista, realizado por capitães como Diogo de Azambuja, Diogo Cão, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama e Afonso de Albuquerque foi gizado na corte de D. João II: rei que “degolou” a Ordem de Cristo, em 1484, ao apunhalar em Palmela o mestre D. Diogo, 4º duque de Viseu. Acrescente-se que D. João II era administrador *perpetuum* da Ordem de Santiago, à qual lhe sucedeu no cargo o filho D. Jorge de Lencastre. Todos os navegantes supra-citados não pertenceram à Ordem de Cristo, mas à de Santiago; e pelo vínculo que uniu todos estes indivíduos à ordem dos espatários, não faz nenhum sentido que as frotas por eles comandadas arvorassem nas velas a cruz dos freires da milícia de Cristo. Na verdade, os únicos navios que, de maneira geral, ostentavam elementos decorativos nas velas (fossem eles quais fossem) eram os de guerra, de modo a serem identificados ao longe por possíveis aliados. Navegar nas águas do Índico com cruces nas velas seria um convite automático a ataques muçulmanos, por onde quer que os navios passassem.

De facto, nenhuma das figurações pictóricas quatrocentistas portuguesas e estrangeiras das embarcações usadas nos descobrimentos as mostram com cruces de Cristo nas velas (ou com outros elementos, sequer). Só em 1549 é que imagens dessa essência aparecem pela primeira vez, por intermédio de D. Jorge Cabral, 15º governador da Índia, que mandou pintar no Palácio da Fazenda, em Goa, as armadas de Portugal que já tinham passado pelo Índico, fazendo-as representar dessa maneira.

Pode especular-se o seguinte: Jorge Cabral, freire da milícia de Cristo, era sobrinho de Pedro Álvares Cabral, que também pertenceu a essa ordem – e Vasco da Gama, o pioneiro português do Índico, ingressou na Ordem de Cristo depois de romper a sua ligação à Ordem de Santiago, em 1507,

por culpa da discórdia com D. Jorge de Lencastre sobre a comendadoria de Sines, que culminou na sua expulsão dessa vila. Não é, pois, desusado supor que Jorge Cabral invocou a Ordem de Cristo nas pinturas, de modo a uni-la apocrifamente às façanhas da família.

Foram estas imagens que estiveram na origem das aguarelas anónimas do chamado *Livro de Lisuarte de Abreu* (que na lombada dizia intitular-se *Cousas Raras da Índia*), pintadas em 1558. Com este manuscrito mandado fazer por Lisuarte de Abreu (de acordo com o que está escrito na página 23: «Este livro é de Lisuarte de Abreu que o mandou fazer») inaugurou-se o hábito de representar os navios dos descobrimentos com a cruz de Cristo nas velas. O que resta do *Livro de Lisuarte de Abreu* encontra-se na Pierpont Morgan Library, em Manhattan, que alberga a biblioteca e a colecção de arte do banqueiro e coleccionador norte-americano John Pierpont Morgan, falecido em 1913.

Esclareça-se ainda que nem a Ordem de Santiago, nem a de Cristo tiveram grande vontade em associar-se às viagens dos descobrimentos, pois ambas consideravam ser seu dever a defesa do reino contra o Islão no próprio reino e não a conquista e defesa de territórios ultramarinos. Embora alguns dos indivíduos que formaram a elite responsável pela epopeia marítima portuguesa pertencessem a ordens religiosas militares, de maneira geral a tónica da envolvimento destas nos descobrimentos e nas conquistas africanas tem sido excessiva. O indigitamento de D. Henrique, em 1420, para o cargo de administrador da Ordem de Cristo foi um acto puramente estratégico da coroa portuguesa e que seguiu na esteira da designação do seu irmão mais novo, D. João, para administrador da Ordem de Santiago, em 1418: ambas as petições que D. João I enviou ao Papa Martinho V foram escritas nos mesmos moldes, sublinhando que, pese a riqueza que tinham à disposição, as ordens relaxavam-se na defesa da fé cristã – e, no caso particular da Ordem de Cristo, que mestres anteriores tinham usado o seu poder e dinheiro para exercer actividades ilícitas (eram famosas certas histórias antigas, como a de Rodrigo Anes que, dizia-se, trocara o mestrado da ordem por um falcão, em 1317). É idealizada a noção popular de que a Ordem de Cristo teve em Henrique um modelo espiritual e que, sob a sua égide, poetizou a senda dos descobrimentos, mas a verdade é que os freires de Cristo desgostavam de Henrique e desobedeciam-lhe; como é evidente pela labuta que ele teve em convencê-los a fixarem-se no Norte de África: as ordens religiosas militares consideravam desprestigiantes essas intenções da coroa e tanto D. João I, como D. Duarte e Afonso V não foram económicos em requerer a Roma diversas bulas que obrigassem as ordens de Santiago, Cristo e Aviz a fixar-se em Ceuta e Alcácer-Ceguer. Em 1464, o Papa Paulo II anulou todas essas bulas e reconheceu o direito que as ordens